

Migração em Macaé: Impactos da Industrialização no Processo de Urbanização¹

Migration in Macae: Impacts of Industrialization in the Urbanization Process

Scheila Ribeiro de Abreu e Silva*
Teresa de Jesus Peixoto Faria**

Com vistas a reunir informações sobre o crescente processo de transformação e diversificação das espacialidades presentes no município de Macaé, este trabalho apresenta a extensão do fenômeno migratório no município, no contexto das transformações econômicas e sociais, ocorridas dentro de um processo de incorporação de uma nova forma produtiva de energia. A leitura das informações coletadas pela Pesquisa Domiciliar “Perfil e Levantamento dos Anseios da Família Macaense”, realizada pelo Programa Macaé Cidadão, da Prefeitura de Macaé e dos dados do IBGE, possibilitou a reflexão sobre a necessidade de se buscarem novos instrumentais de análise que representem a complexa realidade de uma sociedade que, cada vez mais, apresenta características de um município metropolitano, no que se refere aos problemas incorporados pela dicotomia industrialização e urbanização.

In order to gather information about the growing process of transformation and diversification of spatialities present in the city of Macae, this paper presents the extent of migration in the city, in the context of economic and social transformations that occur within a process of incorporating a new productive form of energy. The reading of the information collected by the Household Survey “Profile and Survey of Family Wishes Macanese” held by Citizens Program Macae, Macae City Hall and the IBGE, the reflection on the possible need to seek new instrumental analysis representing the complex reality of a society increasingly showing characteristics of a metropolitan municipality, with regard to the problems by the dichotomy embedded industrialization and urbanization.

Palavras-chaves: Migração. Dicotomia industrialização e urbanização.

Key words: Migration. Dichotomy industrialization and urbanization

Introdução

Viver, habitar uma cidade é algo que faz parte do cotidiano de milhões de pessoas em todo o mundo. Viver, habitar uma cidade, enquanto migrante, faz parte do almejado sonho de trabalhar numa terra de oportunidades, com emprego farto e bem remunerado.

¹ Trabalho apresentado no I Seminário Nacional do programa de Pós - graduação em Ciências Sociais. PGCS – UFES, de 31 de maio a 03 de junho de 2011.

* Mestranda em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. Email: abreu.scheila@gmail.com (autor).

** Coordenadora do CCH, Professora de Estudos Urbanos da UENF - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil. Email: tetepeixoto@gmail.com (co-autor).

Em busca do ‘ouro negro’, da possibilidade de se inserir numa atividade econômica promissora, a cadeia produtiva do petróleo que faz uso de tecnologia de ponta - uma promessa amplamente divulgada em nível nacional e internacional – milhares de pessoas migraram para o município de Macaé, a partir da década de 70. Macaé, em pouco mais de trinta anos, transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências: regionais, metropolitanos e internacionais.

A construção do grande complexo industrial da Petrobras trouxe, sem dúvida, grande desenvolvimento para a região, diante do quadro de estagnação econômica em que se encontrava a região norte-fluminense, em decorrência da decadência da indústria sulcroatoleira. Mas, associados a esse desenvolvimento, a cidade viu crescer a favelização, a violência, o desemprego, a informalidade, a chegada de empresas de bandeiras estrangeiras, a transformação do seu espaço urbano, antes composto de ruas estreitas e pequeno comércio. Um desenvolvimento, situado no contexto de uma nova forma produtiva de energia, que ocasionou profundas transformações econômicas e sociais.

Com vistas a reunir informações sobre o crescente processo de transformação e diversificação das espacialidades presentes no município de Macaé, este trabalho, propõe-se a analisar esse processo, à luz das informações coletadas pela Pesquisa Domiciliar “Perfil e Levantamento dos Anseios da Família Macaense”², assim como, dados do IBGE.

A leitura desses dados mostra a extensão do fenômeno migratório no município e possibilita uma reflexão sobre a necessidade de se buscarem novos instrumentais de análise, que representem a complexa realidade de uma sociedade urbana, cada vez mais apresentando características de um município metropolitano no que se refere aos problemas incorporados pela dicotomia industrialização e urbanização.

Este trabalho pretende, então, apresentar o mapa do contingente populacional migrante³ residente no 1º distrito, sede do município, a partir da década de 70 e os impactos ocasionados à cidade, decorrentes do processo de industrialização, alterando a vida urbana.

Uma nova cidade? Origem e evolução da cidade de Macaé

Mas, e o que é uma cidade? O que fez a modificação da sua situação política, de vila a cidade? De que maneira é possível discernir os limites de uma cidade, quando os seus problemas sociais se equivalem aos de grandes metrópoles?

As cidades têm origem nas chamadas sociedades pré-industriais ou “feudais”.

² A Pesquisa Domiciliar “Perfil e Levantamento dos Anseios da Família Macaense” foi realizada pelo Programa Macaé Cidadão, da Prefeitura de Macaé, em 2001 e 2003, revista e ampliada em 2006 e 2007, em todos os bairros, distritos e localidades do município, e traça as características dos domicílios e moradores, além de buscar dados sobre temas como educação, saúde, trabalho e renda, esporte e lazer.

³ Neste trabalho utilizamos como definição de migração o movimento de entrada e saída de pessoas que residiram ou não anteriormente no município, vindos de alguma Unidade da Federação ou país estrangeiro e que neste fixaram residência e, se nasceram no município, aqui residiram, saíram e retornaram a este, aqui fixando residência.

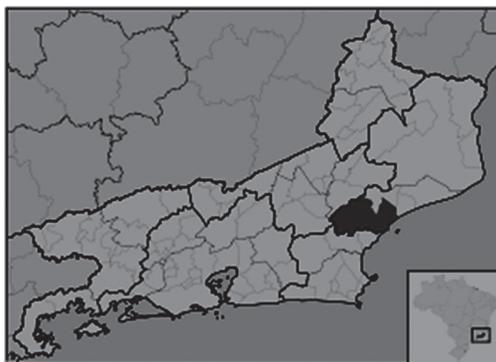
A alimentação estocada proveniente da agricultura e da criação de animais permitiu a organização da estrutura de classes, a partir da especialização do trabalho. Segundo Sjoberg (1972), a palavra escrita e o uso da força do vento, possibilitaram o desenvolvimento das cidades. Enquanto uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, a passagem de uma cidade quase-urbana para urbana, ainda segundo este autor, ocorreu quando uma profunda transformação da ordem social favoreceu a criação de sistemas administrativos e legais complexos, assim como o avanço tecnológico da linguagem escrita, em substituição à linguagem oral.

Enquanto uma “obra coletiva que desafia a natureza” (ROLNIK, 1995, p. 8), o aparecimento da cidade delimita uma nova relação do homem com a natureza, quando, para plantar, é preciso garantir o domínio permanente de um território. A natureza da cidade está no aglomerado de pessoas em torno de uma produtividade. A concentração de pessoas num espaço limitado, definido como espaço urbano, norteia-se por uma economia “baseada na divisão de trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades” (ROLNIK, 1995, p. 27). A atração de grandes contingentes populacionais para as cidades, gerada em função do mercado, produz uma estrutura urbana que reorganiza o seu espaço interno e também circundante.

Por meio da escrita, a cidade registra a cumulação de riquezas e de conhecimento (ROLNIK, 1995). Aos poucos, o espaço urbano vai ganhando os contornos de uma arquitetura criada e construída pelo homem e garante a memória do “seu mundo”.

Ainda utilizando a argumentação proposta por Sjoberg (1972), o processo de industrialização acelerou-se com o aparecimento da automatização, tornando-se uma forma urbana dominante em todo o mundo e como consequência, o aparecimento de novos problemas sociais.

De vila (1813) à cidade (1846), Macaé cresceu, se desenvolveu, chegando a se destacar economicamente em todo território nacional. Localizado no Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1) o município de Macaé está situado na Mesorregião Norte Fluminense, possui um vasto território, coberto por uma natureza abundante, com rios, mar e lagoas, contando com 11 quilômetros de litoral. (IBGE 2008).



Mapa 1 - Localização de Macaé no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Google maps

Sua ocupação, que remonta ao início do século XVII, tem o seu núcleo inicial a partir do aldeamento dos indígenas em torno da antiga Fazenda dos Jesuítas de Macaé (1630), constituída de engenho, colégio e capela situada no Morro de Santana (IBGE Cidades, 2010). O processo de passagem de simples localidade à categoria de vila em 1813, sob o nome de São João de Macaé e, em 1846⁴, à categoria de cidade, foi favorecido por sua posição geográfica, sendo o principal acesso ao Norte Fluminense.

Durante largo período, Macaé teve papel importante na economia norte-fluminense, funcionando o porto de Imbetiba como escoadouro da produção açucareira da zona campista. Essa função extinguiu-se, acarretando o declínio do porto com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, a partir da sua inauguração, em fevereiro de 1875.

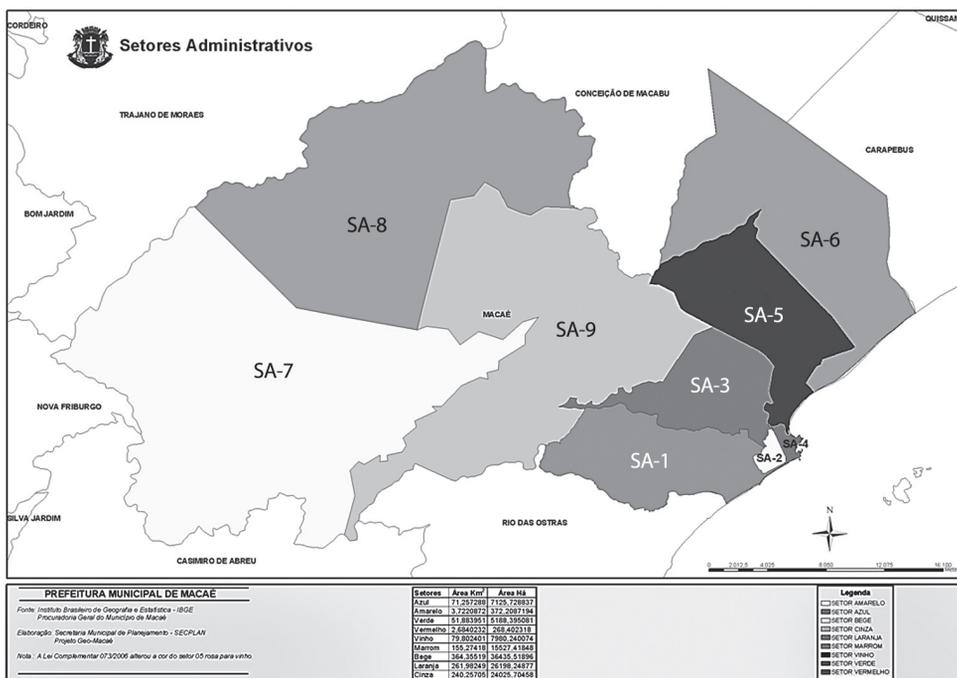
O município de Macaé, apesar dos desmembramentos de antigos distritos, permanece como um dos mais extensos do Estado do Rio de Janeiro. Possuía, no ano 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 132.461 residentes, distribuídos em 1.206.000 km² de área territorial, que se constituía de área predominantemente rural (1.139,1 km²).

Atualmente, o município possui 206.728 habitantes dos quais, 201.859 (98,1%) na área urbana e 36.233 moram em 12 favelas (primeiros resultados do Censo, IBGE, 2010), e está organizado em nove Setores Administrativos, identificados por cores e números, com seus respectivos Bairros e/ou Distritos e Localidades, de acordo com o ordenamento territorial determinado pela Lei 045 de 10 de dezembro de 2004, aprovada pela Câmara de Vereadores. O Quadro 1 e o Mapa 2 apresentam os Setores Administrativos, com a sua respectiva localização geográfica no município:

Quadro 1 – Ordenamento territorial do município de Macaé –2004

ÁREA	DISTRITO	SETORES ADMINISTRATIVOS
URBANA	1°	Setor Administrativo Azul - 1
		Setor Administrativo Amarelo - 2
		Setor Administrativo verde 3
		Setor Administrativo vermelho 4
		Setor Administrativo Vinho 5
		Setor Administrativo marrom 6
SERRA	3° E 6°	Setor Administrativo Bege - 7 (Região Serrana - 3° e 6°
	4° E 5°	Setor Administrativo Laranja - 8 (Região Serrana - 4° e 5°
	2°	Setor Administrativo Cinza - 9
RURAL	1°	Área Rural do 1° Distrito

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007



Mapa 2 – Divisão Municipal Segundo os Setores Administrativos

Macaé apresenta um fenômeno de alta concentração populacional no seu centro urbano, com uma taxa de urbanização de 98,1%, segundo dados do IBGE (2010). Esta concentração, fruto de um processo de urbanização acelerado, atrelada à industrialização crescente, a partir da década de 70, provocou a redução da participação das atividades agrícolas e o aumento das atividades industriais e de serviços. A transformação da ordem social vivenciada pelo município deu-se em função da utilização de uma nova forma de energia: a produção do gás e do óleo combustível, a partir da extração do petróleo.

A passagem de uma sociedade fundamentada na vida e na produção agrária para o modelo urbano-industrial, no Brasil, ocorre no contexto das transformações das primeiras décadas do século XX. Em Macaé, a passagem de um município de caráter rural para urbano é consequência do intenso processo de urbanização brasileiro, intensificado com a instalação da Petrobras em seu território na década de 1970.

Apesar da predominância do espaço rural no território municipal, há uma concentração da população nas áreas urbanas, localizada espacialmente na faixa litorânea, devido ao crescimento e à chegada de migrantes. Macaé tornou-se um polo de atração para a população circunvizinha, de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil e países estrangeiros, que chegou para trabalhar e fixar residência.

Em toda a Região Norte Fluminense, mudanças em sua realidade espacial, social, política e econômica, aconteceram. O encerramento do ciclo da cana, uma atividade predominantemente rural, e o surgimento do ciclo do petróleo, com suas atividades localizadas estritamente no espaço urbano, provocaram mudanças profundas na cidade

e região ao modificar o perfil das novas oportunidades de empregos. Mudanças estas notadamente marcadas pela desigualdade social.

A criação de novos municípios, em consequência da distribuição dos *Royalties*⁵ do petróleo e Participações Especiais entre os municípios produtores situados no entorno de Macaé, fortaleceu a região, especialmente com a criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – OMPETRO⁶, embora ocasionando o chamado efeito de polarização espacial da riqueza pública, no interior das regiões produtoras, onde municípios com orçamentos milionários coexistem com municípios limítrofes muito pobres. (PIQUET, 2010).

A análise do número de habitantes da área rural e da área urbana mostra que o crescimento da população urbana ocorreu de forma acentuada, a partir da década de 60 (Gráfico 1), ocorrendo um esvaziamento progressivo da área rural.

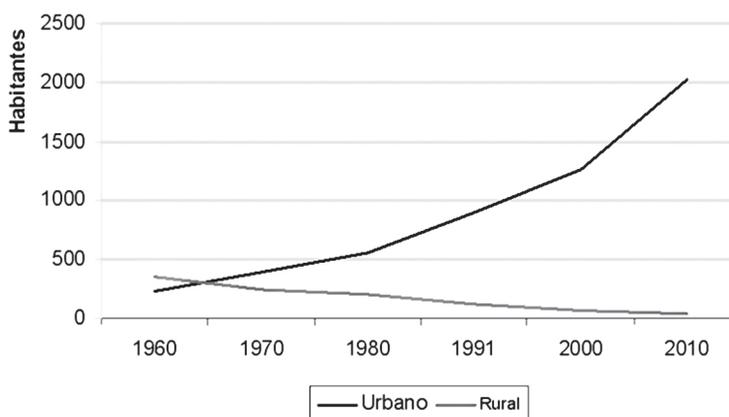


Gráfico 1 – Crescimento total da população rural e urbana de Macaé 1960 – 2010
Fonte: IBGE.

A taxa de urbanização de 98%, conforme podemos observar na Tabela 1, indica um forte e contínuo incremento populacional do município na área urbana.

⁵ Decreto n.º.2705/98, em seu Artigo 11 diz que os *royalties* “constituem compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo e gás natural”. Representa a apropriação da sociedade da parcela da renda gerada pela exploração do petróleo e gás natural.

⁶ OMPETRO – Organização dos Municípios produtores de petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, composta pelos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, São João da Barra e Niterói.

Tabela 1 - População residente por taxa de urbanização, ruralização, crescimento demográfico e densidade demográfica

Ano	Total	Urbano	%	Rural	%	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
1960	58.805	23.620	40,2	35.185	59,8	2.238	26,28
1970	65.453	40.002	61,11	24.451	39,89	2.238	29,25
1980	75.851	55.152	72,71	20.699	27,29	2.238	33,89
1991	100.895	89.336	88,55	11.559	11,45	1.522	66,19
2000	131.462	126.007	95,85	6.454	4,15	1.216	108,11
2010	206.748	202.873	98,12	3.875	1,87	1.217	169,9

Fonte: IBGE.

Os números do Censo Demográfico 2010 confirmam a crescente tendência de acentuado processo de urbanização no município. A partir de 1980, Macaé deixa de ser um município de características rurais, passando a incorporar uma estrutura urbanizada. Ocorreu, então, uma forte mudança na paisagem urbana que modificou a sua estrutura arquitetônica em duas perspectivas: a construção de edifícios residenciais e comerciais e de grandes parques industriais e a consequente modificação da paisagem natural das praias, morros, rios, lagoas, mangues e ruas.

Esquecidas no tempo ficaram as construções históricas, os bens materiais e imateriais. A ausência de projetos do poder público para preservação destes bens desconsiderados enquanto patrimônio histórico, gerou uma sociedade que desconhece sua essência, não discute o seu passado, não constrói sua identidade a partir da memória do lugar em que vive e, conseqüentemente, não discute o seu presente e o seu futuro. Uma cidade sem preocupação de preservação dos seus “... rastros, sinais, sombras, cicatrizes.” (TOCCETTO; THIESEN, 2007, p.176).

A referência de quem somos é construída pela ligação entre o passado e o presente, utilizando os elementos que os constituem. Ainda segundo Tocheto e Thiesen (2007, p.176), “cidades são verdadeiros baús de reminiscências, lugares privilegiados onde as diversas memórias individuais podem se interligar para construir a memória coletiva.” O registro escrito do espaço urbano, aos poucos modificado com o crescente processo de desenvolvimento, favorece a percepção do descaso e abandono, e mesmo, o desconhecimento da sua história. O ambiente natural, antes sobrepujante, hoje se apresenta degradado.

O problema mais grave do município, comparável aos das grandes metrópoles, é o problema da segregação espacial. A partir do intenso fluxo migratório, a formação de assentamentos de habitação desprovidos de saneamento básico e infraestrutura amplia-se. Com a favelização e a formação de uma enorme periferia urbana, o que se constata é um elevado processo de segregação do espaço geográfico, conforme destacaremos a seguir.

Um outro processo que vem ocorrendo no município é a incorporação de formas de mobilidade espacial da população muito comuns em realidades metropolitanas que são os movimentos pendulares (PAGANOTO, 2008). Muitos trabalhadores deslocam-se das cidades circunvizinhas e mesmo de outros estados, em consequência de mudanças nos processos de trabalho, considerando as terceirizações e subcontratações.

Macaé, associando a violência urbana ao alto custo de vida, passa a incorporar os graves problemas sociais, extrapolando os seus limites geográficos.

A evolução do município de Macaé refletiu-se acentuadamente, no que se refere ao desenvolvimento econômico. De acordo com os dados do IBGE, houve um acentuado crescimento no Produto Interno Bruto *per capita*, no município. De 1999 a 2004, o município passa da 55ª posição à 7ª posição, em relação aos 100 maiores municípios do país. (Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE 2006).

Na região sudeste, em 2004, os cinco maiores PIB foram Campos dos Goytacazes (RJ), Macaé (RJ), São José dos Campos (SP), Sorocaba (SP) e Uberlândia (MG). Tendo a indústria extrativa de petróleo como principal atividade produtiva, os dois primeiros participavam juntos, com 2,25% do PIB nacional, o que revela uma concentração na produção e uma consequente desigualdade na distribuição de renda na Região Norte Fluminense (PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS, IBGE 2006).

Em 2009 e 2011, considerando os municípios do Norte Fluminense selecionados, Campos dos Goytacazes e Macaé permanecem como os dois maiores PIB desta região. Mas, em compensação, em relação ao PIB *per capita*, os dois municípios ocupam o terceiro e quarto lugar, respectivamente. Importante destacar que, de acordo com a distribuição das rendas petrolíferas⁷ dentre os municípios do Norte Fluminense participantes da OMPETRO em 2011 (Tabela 2), Campos dos Goytacazes e Macaé são os município mais beneficiados⁸:

Tabela 2 – Distribuição das rendas petrolíferas segundo municípios selecionados – 2009

Municípios da região Norte Fluminense pertencentes a OMPETRO	Distribuição dos Royalties em 2009	Distribuição dos Royalties em 2011
Campos dos Goytacazes	938.457	1.229.115
Macaé	365.247	482.218
Carapebus	22.744	34.647
Quissamã	90.926	92.661
São João da Barra	168.328	251.472

Fonte: ANP. [Grifo das autoras].

⁷ De acordo com SERRA, TERRA E PONTES (2006), as regras de rateio das rendas petrolíferas apresentam a presença de um forte determinismo físico presente nas regras de rateio, “o qual valoriza mais a proximidade física, ou a confrontação, de municípios costeiros com as áreas de E&P na plataforma continental, do que os efetivos impactos territoriais da indústria petrolífera”.

⁸ O município de Quissamã se mantém, desde 1999, como o maior beneficiário *per capita*, tendo alcançado, em 2011, a cifra de R\$ 4.752,53 para cada habitante, revelando o potencial destes recursos em comparação com os valores encontrados para o PIB, demonstrando que os recursos advindos dos *royalties* e participações especiais são mais significativos em localidades com populações menores (PACHECO, 2005).

A seguir, serão apresentados detalhamentos relativos à população migrante do município de Macaé, no intuito de se buscar compreender suas características e traçar um perfil de sua identidade.

Migração em Macaé

Em relação à população migrante e à região de ocupação

Segundo dados do IBGE, o movimento migratório da população brasileira contabilizou mais de 5,2 milhões de brasileiros, que migraram entre 1995 e 2000. Os originados e destinados a áreas urbanas cresceram cerca de 20%, enquanto os urbanos para áreas rurais caíram 1,1%.

O fluxo migratório que atingiu o município de Macaé foi de grande impacto no que se refere ao aumento populacional do município que, desde a década de 70, cresceu na ordem de 315,8%. Em 2000, segundo os dados do IBGE, Macaé apresentava uma população de 132.461 habitantes, aproximadamente 1/5 do total de habitantes da Região Norte Fluminense e menos de 1% da população do Estado do Rio de Janeiro. Deste total, mais de 46% eram migrantes, um percentual muito mais elevado que o da Região Norte Fluminense (22,43%).

A cidade, de acordo com os primeiros resultados dos dados do Censo IBGE de 2010, possui uma população de 206.748 habitantes, o que significa que o município cresceu de 2000 a 2010, na ordem de 63,5%, incorporando ao seu território, 74.000 novos habitantes.

O censo 2010 mostrou que 42,66% das pessoas residentes no município não nasceram neste e também que 83,23% são naturais do Estado do Rio de Janeiro, o que confirma o cenário já traçado pela pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão, realizada entre 2006 e 2007, que mostrou que 52,2% das pessoas residentes eram migrantes e que o fluxo migratório para a cidade ocorreu acentuadamente dentro do próprio Estado.

As informações que se seguem utilizaram como fonte os microdados extraídos da pesquisa domiciliar do Programa Macaé Cidadão realizada entre os anos de 2006 e 2007, que realizou uma investigação acerca da população migrante residente no município. Trata-se de um documentário exclusivo, com um levantamento detalhado, realizado em todos os domicílios do município, possibilitando um conhecimento acerca das características desta população.

Considerando o tempo de moradia em anos, sem interrupção, das pessoas migrantes residentes, nos últimos dez anos, 39,7% da população migrante fixou residência, distribuídos espacialmente em todos os Setores Administrativos (Tabela 3).

Tabela 3 - Tempo de moradia em Macaé, sem interrupção, das pessoas residentes migrantes (que nasceram em Macaé e migraram ou nasceram em outra cidade), segundo os Setores Administrativos do município de Macaé - 2006-2007

Tempo	Total	%	S A 1 %	S A 2%	S A 3%	S A 4%	S A 5%	S A 6%	S A 7%	S A 8%	S A 9%	Área Rural do 1º Distrito %
Total	86 367	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1 ano	12 566	14,5	17,6	17,1	11,3	14,4	13,6	14,2	16,3	9,4	13,4	12,2
2 anos	8 009	9,3	9,7	9,1	7,6	8,9	9,9	9,6	7,7	10,0	9,6	6,9
3 anos	7 197	8,3	7,0	8,3	6,6	6,9	9,6	9,5	7,4	5,2	6,0	6,0
4 anos	6 106	7,1	5,5	6,2	5,7	5,1	8,9	8,1	9,6	6,5	6,3	4,4
5 anos	6 360	7,4	6,1	6,3	7,5	6,4	8,1	8,5	6,3	4,6	5,2	8,1
6 anos	4 384	5,1	4,0	4,5	4,9	3,6	5,8	5,9	4,0	5,5	4,4	5,4
7 anos	2 802	3,2	3,6	3,0	2,2	2,9	3,9	3,3	2,5	2,8	4,5	3,4
8 anos	2 889	3,3	3,0	3,0	3,1	2,4	3,8	3,9	3,0	2,0	1,8	5,4
9 anos	1 745	2,0	1,9	1,9	1,6	1,6	2,2	2,2	4,7	1,2	1,1	2,5
10 anos ou mais	34 286	39,7	41,5	40,6	49,4	47,6	34,2	34,8	38,6	52,6	47,7	45,6
Não informado	23	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

O três bairros com maior concentração de migrantes (Tabela 4) são respectivamente: Barra de Macaé, Parque Aeroporto e Lagomar. A população migrante destes três bairros representa 20,3% de toda a população residente migrante no município.

Tabela 4 - População residente migrante, segundo a última Unidade de Federação ou País em que morou, por bairros mais populosos e seus respectivos Setores Administrativos

SETOR ADMINISTRATIVO	BAIRRO	População migrante	%
SA 5 – Vinho	Barra de Macaé	13 468	7,6
SA 6 – Marrom	Parque Aeroporto	12 119	6,8
SA 6 – Marrom	Lagomar	10 161	5,7

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Do total de 86.367 residentes migrantes, 95% de habitantes se encontravam concentrados no Distrito sede Macaé, localizado na área urbana litorânea, como apresenta o Gráfico 02, o que demonstra uma acentuada concentração populacional neste distrito e um esvaziamento significativo da região serrana e da área rural do 1º distrito, cujo movimento migratório tinha como destino a área urbana.

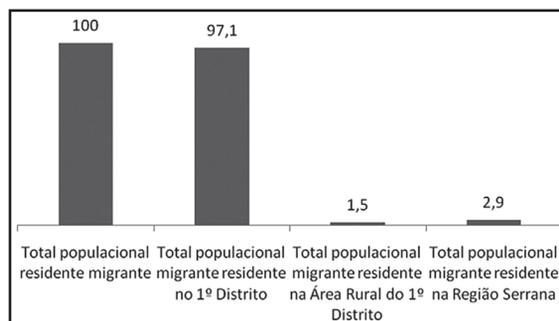


Gráfico 2 – Distribuição populacional no território do município de Macaé – 2006/2007

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

A origem da população migratória, considerando o critério de última unidade federativa em que morou (Tabela 5), mostra que o estado federativo com o percentual de predominante migração é o Estado do Rio de Janeiro, (63,1%), seguido do Estado de Minas Gerais, (7,7%) e do Estado da Bahia (7,4%), o que confirma a tese de Macaé enquanto um polo de atração para a população circunvizinha e de outros municípios do Estado, um fenômeno que marca fortemente a discussão acerca do esvaziamento populacional de grandes áreas de um Estado potencial como o Rio de Janeiro.

Tabela 5 - População residente, segundo a última Unidade de Federação ou País em que morou

Unidade Federativa	Total	%
Total	86 367	100,0
Acre	19	0,0
Alagoas	493	0,6
Amapá	16	0,0
Amazonas	100	0,1
Bahia	6 368	7,4
Brasília (Distrito Federal)	214	0,2
Ceará	912	1,1
Espírito Santo	5 006	5,8
Goiás	124	0,1
Maranhão	710	0,8
Mato Grosso	102	0,1
Mato Grosso do Sul	195	0,2
Minas Gerais	6 680	7,7
Pará	1 116	1,3
Paraíba	789	0,9
Paraná	482	0,6
Pernambuco	1 518	1,8
Piauí	348	0,4
Rio de Janeiro	54 522	63,1
Rio Grande do Norte	820	0,9
Rio Grande do Sul	513	0,6
Rondônia	70	0,1
Roraima	18	0,0
Santa Catarina	196	0,2
São Paulo	2 860	3,3
Sergipe	1 460	1,7
Tocantins	26	0,0
País Estrangeiro	683	0,8
Não informado	7	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

O Censo Demográfico 2010 (IBGE) apresentou um quantitativo de 589 estrangeiros residentes na cidade, um percentual de 0,08% do total de habitantes. A Pesquisa Domiciliar realizada pelo programa Macaé cidadão, em 2006/2007, apresentava um quantitativo de 691 pessoas estrangeiras residentes. O Gráfico 3, mostra que os residentes migrantes oriundos dos países da América Latina destacam-se, seguidos pelos residentes migrantes dos países da Europa e em seguida pelos residentes migrantes dos EUA. O país que se destaca em número de residentes migrantes para o município é EUA.

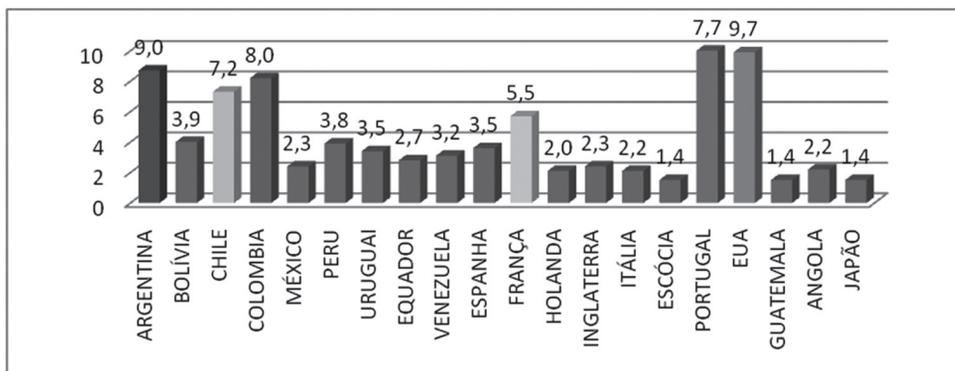


Gráfico 3 - Locais de origem, em outros países, das pessoas residentes migrantes, acima de dez habitantes - 2006-2007

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Tabela 6 - População residente migrante por País estrangeiro, por Setores Administrativos, 2006-2007

Setores Administrativos	PAÍS ESTRANGEIRO
Total de Macaé	691
Setor Administrativo 1 - Azul	310
Setor Administrativo 2 - Amarelo	115
Setor Administrativo 3 - Verde	26
Setor Administrativo 4 - Vermelho	109
Setor Administrativo 5 - Vinho	26
Setor Administrativo 6 - Marrom	92
Setor Administrativo 7- Bege	6
Setor Administrativo 8 - Laranja	4
Setor Administrativo 9 - Cinza	1
Área Rural do 1º Distrito	2

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Considerando ainda o percentual populacional de migração internacional para o município, por Setores Administrativos (Tabela 6), há maior concentração de residência destes, nos Setores Administrativos 1 - Azul, 2 - Amarelo e 4 - Vermelho, sendo os setores 1 - Azul e 2 - Amarelo, considerados como área nobre do município,

caracterizados por uma população com um alto nível de escolarização e com empregos ligados diretamente ao setor petrolífero, como veremos a seguir. O Setor Administrativo 4 - Vermelho, compreende os bairros localizados no centro urbano do município e os localizados mais próximos à sede da Petrobras, empresa que detém o monopólio da exploração do petróleo e gás no município.

Em relação à questão de gênero e raça

A população migrante, no que se refere à faixa etária e gênero, nos Setores Administrativos da área urbana do 1º distrito (Gráfico 4), apresenta um percentual entre homens e mulheres somente mais acentuada na faixa etária de 70 anos ou mais, na qual as mulheres são maioria. Os maiores percentuais estão entre 20 e 44 anos, dentro da faixa etária considerada de uma população economicamente ativa. Há também uma significativa parcela da população migrante em idade escolar, desde a creche até o Ensino Superior.

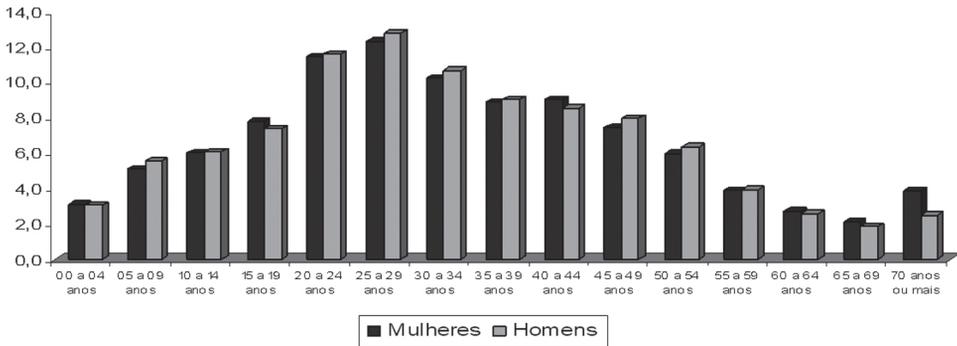


Gráfico 4 – Mulheres e Homens residentes migrantes segundo a faixa etária do município de Macaé - 2006-2007

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Em relação aos homens e mulheres residentes migrantes, segundo a cor (Gráfico 5), há um equilíbrio nos percentuais entre homens e mulheres, com predominância para a cor branca e a cor parda.

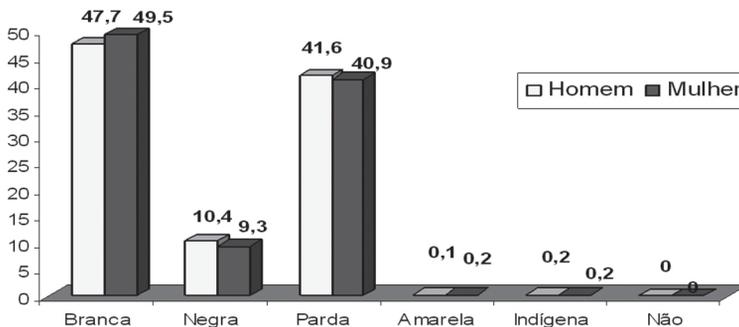


Gráfico 5 – Mulheres e Homens migrantes residentes no município de Macaé, segundo a cor, - 2006-2007.

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Em relação à questão de renda e trabalho

Em Macaé, a análise dos dados da pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão sobre o rendimento mensal da população migrante economicamente ativa em 2006 e 2007 (Tabela 7), mostra uma segregação em relação à distribuição dos rendimentos entre esta população: recebem renda de até um salário mínimo, 18,7% do total desta população, incluindo os que não declararam rendimento, nesta pesquisa. Um percentual significativamente alto em comparação a 1,5% desta população que recebe entre 10 e 20 salários mínimos e os 0,4% que recebem entre 20 ou mais salários mínimos. Também merece destaque o percentual de 0,5% desta população que não recebe rendimento.

Tabela 7 - Dados da renda mensal da população migrante economicamente ativa, segundo os Setores Administrativos do município de Macaé - 2006-2007

Renda mensal	TOTAL%	SA 1%	SA 2%	SA 3%	SA 4%	SA 5%	SA 6%	SA 7%	SA 8%	SA 9%	Área Rural do 1º Distrito %
Total	100,0										
Até um salário mínimo	18,7	7,3	9,3	21,2	7,1	34,3	20,9	25,6	23,6	20,6	37,2
1 a 2 salários mínimos	25,7	12,8	18,1	29,7	14,4	33,6	33,7	24,5	24,9	25,7	27,4
2 a 3 salários mínimos	10,3	6,9	9,5	9,6	8,8	10,2	14,1	5,2	7,2	12,7	5,2
3 a 4 salários mínimos	5,1	5,2	6,5	3,4	4,9	3,5	6,5	3,0	4,2	3,5	2,9
4 a 5 salários mínimos	3,2	5,3	4,4	1,9	4,4	1,4	3,2	1,3	2,6	1,4	1,9
5 a 10 salários mínimos	3,3	7,4	4,5	2,2	6,1	0,9	2,0	1,5	0,6	0,8	1,9
10 a 20 salários mínimos	1,5	4,3	2,6	0,9	2,5	0,2	0,6	0,2	0,2	0,5	0,5
20 ou mais salários mínimos	0,4	1,5	0,8	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem rendimento	0,5	0,1	0,1	0,6	0,2	1,1	0,6	0,2	0,2	0,3	0,2
Sem declaração	31,2	49,2	44,3	30,5	51,0	14,7	18,2	38,4	36,6	34,5	22,9

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

O Setor Administrativo 01 - azul apresenta uma alta concentração de renda salarial em relação à população migrante acima do 10 anos de idade, na faixa entre 10 salários mínimos a 20 salários ou mais. Considerado como o setor nobre da cidade, onde há uma acentuada valorização imobiliária, este se destaca, sobremaneira, apresentando apenas 32,2% com rendimentos até quatro salários mínimos. Esta análise reafirma o analisado por Costa (2007), em relação ao total da população economicamente ativa neste Setor administrativo, por meio da leitura dos dados da primeira pesquisa domiciliar realizada (2001-2003).

Os Setores Administrativos 5 - Vinho (34,3%), 3 - Verde (21,2) e 6 - Marrom (20,9), respectivamente, aparecem como os setores da área urbana do município com os menores rendimentos, que recebem até um salário mínimo.

Ao realizar um somatório entre a população residente migrante que recebe de um a três salários mínimos, chegamos a um percentual de 54,5%, incluindo os que não declararam rendimento, o que demonstra, mais uma vez, uma concentração de renda entre uma pequena parcela da população e uma acentuada segregação espacial, visto que os setores citados acima, segundo Costa, “representam a periferia pobre da área urbana da cidade, com precária infra-estrutura, para onde acorrem os migrantes pobres da Região

Norte Fluminense e de todo o país, em busca de trabalho” (COSTA, 2007, p.100).

Em relação à população residente migrante de 10 anos ou mais que trabalham ou não, há um significativo percentual de pessoas que não trabalham, sendo 42,2% do total da população residente, migrante. Os maiores percentuais de pessoas que não trabalham se encontram nos Setores Administrativos, 06 - Marrom e 05 - Vinho, ambos com 45,2% e o setor 03 - Verde, com 42,5%. Já os Setores Administrativos 1 - Azul (64,4%), 2 - Amarelo (62,6%) e 4 - Vermelho (60,9%) se destacam em relação ao percentual das pessoas que trabalham.

Os dados analisados na Tabela 9 mostram o quanto o trabalho precário é preponderante entre a população residente migrante. Do total da população residente migrante, 41,4% não possui carteira assinada. E, em todos os Setores Administrativos da área urbana do 1º distrito, este percentual se mantém alto. Segundo César (2007), o trabalho precário é detectado pela baixa frequência percentual de carteira de trabalho assinada, "que engloba majoritariamente os trabalhadores não qualificados, ou com pouca qualificação" (Costa, 2007, p.105). Este é um processo que, apesar de aparecer em todos os Setores Administrativos, apresenta maior concentração entre os setores 05 - Vinho (48,2), 03 - Verde (40,9%) e 06- Marrom (40,6%), respectivamente.

Tabela 9 - Pessoas residentes migrantes (que nasceram em Macaé e migraram ou nasceram em outra cidade) de 10 anos ou mais que trabalham e possuem ou não carteira assinada, segundo os Setores Administrativos do município de Macaé - 2006-2007

Situação	Total	SA 1 %	SA 2%	SA 3%	SA 4%	SA 5%	SA 6%	SA 7%	SA 8%	SA 9%	Área Rural do 1º Distrito %
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	58,5	66,5	61,8	59,1	61,7	51,8	59,4	23,2	37,6	50,2	45,1
Sem carteira assinada	41,4	33,4	38,1	40,9	38,1	48,2	40,6	76,6	60,8	49,7	54,0
Não informado	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	1,7	0,2	0,8

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Quanto aos ramos de atividades, o que se destaca é o de serviços (76,2%), em segundo lugar, o da indústria da transformação (98,4 %) e em terceiro lugar, o comércio (8,0).

É expressivo o percentual de 41,8% do total da população residente migrante que não trabalha, sendo os motivos mais evidenciados, respectivamente: ser estudante (26,4%), viver de renda (25%), falta de oportunidade (19,6%) e ser aposentado (15,1%). O mais significativo é o acentuado percentual de falta de oportunidade, mais uma vez destacando-se os percentuais dos três Setores Administrativos enfatizados nas análises anteriores, os Setores 5 - Vinho (24,9%), 6 - Marrom (22,3%) e 3 - Verde (21,3%), considerando que a população residente migrante desses mesmos Setores, apresenta os menores rendimentos mensais, com os maiores percentuais de trabalho sem carteira assinada.

O cruzamento desses dados com os tipos de ocupações do total das pessoas residentes migrantes de 10 anos ou mais que trabalham, mas não possuem carteira assinada, mostra que destes, 27% é empregado, 25,9% são autônomos, 23,1 destes,

trabalham por conta própria. O acentuado número de empregados (27%), possibilita a inferência de que essa grande massa de trabalhadores migrantes ocupa, dentro do quadro geral de trabalho no município, empregos terceirizados. Também o número de empregados autônomos é acentuado. O reduzido percentual de pessoas que trabalham com atividades agrícolas (0,1%) merece destaque, considerando-se o esvaziamento populacional nas áreas rurais do município, o que, conseqüentemente, responde à ausência de incentivos e realização de uma política pública neste setor. O percentual de empregados públicos é mínimo (Funcionário público federal - 0,8%, Funcionário público estadual - 1,9% e Funcionário público municipal - 8,1%).

Esse dado confirma as análises feitas anteriormente, de se constituírem, esses setores, de uma periferia pobre, localizada na área urbana do município, e que vive uma situação de segregação social.

Em relação às condições de habitação e residência

Os dados coletados pela Pesquisa Domiciliar 2006/2007, mostram que 89,5% da população migrante, residentes na Área Urbana do 1º Distrito, moram: em casas com material predominante no teto: 45% de telha e 54,4% de laje de concreto; com revestimento de piso frio (75,4%); 54,8%, em casas próprias, já pagas; de alvenaria com reboco (85,1%), apresentando um percentual alto de pessoas que residem em domicílios alugados (38,1).

Nos Setores Administrativos 05 - Vinho, 06 - Marrom e 03 - Verde, respectivamente, chama a atenção o número de residências com material de revestimento de alvenaria sem reboco (SA 5 - 20,5%), SA 6 (18,8%), 2 SA 3 - 9,3%) e alvenaria chapiscada (SA6 - 3,6%, SA5 - 3,6% e SA3 - 1,1%). Também o tipo de piso das residências, em que, somente nestes três setores, é acentuado o número de residências com piso de cimento (SA5 - 33,9%, SA6 - 28% e SA3 - 18,6%), o que condiz com a baixa renda salarial mensal existente nestes três setores e que apresentam precárias condições de moradia.

Em relação à situação de moradia (Tabela 10), há um acentuado número de imóveis não cadastrados nestes três setores. Possivelmente isto ocorre, por estarem estes situados em áreas consideradas de invasão e de risco.

Tabela 10 - Situação cadastral nas residências das pessoas residentes migrantes (que nasceram em Macaé e migraram ou nasceram em outra cidade), segundo os Setores Administrativos do município de Macaé - 2006-2007

Situação cadastral na Prefeitura	Total	SA1%	SA2%	SA3%	SA4 %	SA5%	SA6%
Cadastrados	55,4	76,1	71,0	58,3	82,6	28,9	46,6
Não cadastrados	22,6	5,6	6,7	19,1	1,5	41,6	33,8
Não sabe	22,0	18,3	22,3	22,6	15,9	29,6	19,6
Não informado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007.

Referente ao destino sanitário, somente o setor administrativo 2 possui rede coletora de esgoto. Este sistema não está universalizado no município, apresentando um acentuado índice de fossas sépticas e rudimentares, com destaque para um percentual expressivo para o Setor Administrativo 1 - azul (50,5), área considerada nobre na região urbana do município, conforme citado anteriormente.

Os Setores Administrativos 03 – Verde, 05 - Vinho e 06 - Marrom apresentam um significativo percentual de domicílios (23,6% do total de domicílios dos três Setores) que utilizam como destino sanitário rio, mar ou lagoa e céu aberto ou vala, o que mais uma vez demonstra precárias condições de moradia existentes nestes.

Também em relação à existência de água canalizada, sua proveniência e qualidade, os Setores em que poucos residentes possuem água canalizada são os Setores 5 - Vinho e 6 - Marrom (62,1% dos residentes migrantes dos dois Setores Administrativos). Decorre daí, a proveniência de água de poço ou nascente (SA5 – 14,4% e SA6 – 47,7%) e o uso de água sem tratamento (SA3 – 17,8%, SA5 – 14,5% e SA6 – 8,3%)..

Em relação à pavimentação das ruas dos bairros e localidades dos Setores Administrativos que compõem a região urbana, 64,2% da população residente migrante afirma que as ruas são totalmente pavimentadas. Os bairros e localidades dos Setores Administrativos 2 - Amarelo, 3 - Verde, 5 - Vinho e 6 - Marrom, são os que apresentam percentuais mais acentuados de ruas sem pavimentação (SA2 - 14,5%, SA3 - 11,8%, SA5 - 28% e SA6- 36,9%) .

Esses dados apresentam uma realidade de precariedade nas condições de moradia dos bairros e localidades da área urbana do município, com 20,1% dos residentes migrantes afirmando residir em ruas não pavimentadas e 15,6% afirmando residir em ruas com pavimentação parcial.

Em relação à educação

Da população migrante acima de 15 anos que reside na região urbana do município, 96% informou segundo a pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006/2007, que sabe ler e escrever. Nos setores 6 - Marrom (4,1%), 3 - Verde (5,4%) e 5 - Vinho (7,4%), há um contingente populacional ainda analfabeto, setores sempre referenciados nos dados apresentados anteriormente.

Considerando a população migrante acima de 5 anos que frequenta a escola, o maior percentual acontece no Ensino Fundamental (49,9%), seguido do Ensino Médio (19,6) e do Ensino Superior (14,4%). O tipo de escola mais frequentada é a escola pública municipal (50,8%), seguida da escola particular (26,9%), menos evidenciado, respectivamente, nos setores 5 (8,1%), 6 (14,5%) e 3 (20,8%). A escola pública estadual aparece em terceiro lugar (17,1%) e a escola pública federal em quarto lugar (5,2%).

Em relação à frequência à escola, do total da população residente migrante, acima

de 5 anos, é acentuado o percentual de pessoas que não frequentam a escola, representando 75,6%. Um percentual que se mantém em todos os Setores Administrativos da região urbana. Cruzando esses dados com o levantamento acerca do último curso frequentado por essa população que não mais frequenta à escola, tem-se a seguinte amostragem: 70% parou no Ensino Fundamental 70,2%, 26% no Ensino Médio e 3,8% no Ensino Superior, do total desta população.

Considerando os motivos que levaram essa população a não mais frequentar a escola, 43% alegaram o trabalho como o determinante para esse afastamento. Nos setores 3 – verde (52,35), 5 - Vinho (51,5%) e 6 - Marrom (46%), respectivamente, este percentual é mais acentuado. Também o motivo de ter concluído a série desejada (SA6 -26,9%, SA3 – 26,4%) e (SA 5 – 17,2%) nestes três setores, é menos acentuado, o que leva a concluir que é uma população que possui baixa escolarização e por necessidade de trabalhar, não frequenta a escola.

Ao analisar o nível de escolaridade das pessoas migrantes residentes, é bastante perceptível o acentuado “funil escolar”, pois a continuidade dos estudos não acontece para todos.

Em relação às condições de saúde

O problema crônico de saúde que mais acomete a população residente migrante na região urbana é Hipertensão (49,2%), seguido de Diabetes (11,6%).

Em relação aos portadores de necessidades especiais, que representam 1,6% do total da população residente migrante na região urbana, doença mental (19,6%), cegueira parcial (15,1%), paralisia permanente em um dos lados do corpo e surdez (9,8), são os problemas mais citados na pesquisa. Do total da população migrante, 20,8% respondeu que são outras, as doenças que as cometem.

No que se refere à periodicidade e aos motivos pelos quais a população residente migrante não vai ao dentista regularmente, os setores 5 - Vinho (48,55), 6 – Marrom (41,8%) e 3 - Verde (38,1) apresentam os percentuais mais elevados. O motivo mais acentuadamente alegado nesses setores é a falta de condições financeiras (SA5 – 69,4%, Sa6 – 65,8% e SA3 – 58,2%).

Quanto às mulheres residentes migrantes de 18 anos ou mais de idade, 31,7% não conhece o Núcleo de Atendimento à Mulher e 41,9% não conhece o serviço Disque Mulher, um percentual que se mantém em todos os Setores Administrativos.

O impacto da industrialização no desenvolvimento urbano de Macaé

A acentuada concentração de uma população em um território supõe a necessidade de gestão e organização, o que representa a dimensão política da cidade segundo Rolnik (1995). É atribuída ao poder urbano a organização da vida pública,

por meio de uma organização político-administrativa. A centralidade do poder na área urbana, advém do nascimento das mais antigas cidades.

A organização do espaço urbano contemporâneo, ainda segundo Ronik, é marcada por um processo de segregação espacial, que no Brasil, se inicia no século XIX. A distância entre ricos e pobres, entre a elite e a classe assalariada é manifestada nos espaços ocupados pelas suas residências, pelos estilos de sua arquitetura, e também, pela estruturação dos espaços de mercado, e tem como base uma política econômica que a sustenta. O contraste advindo da divisão do território produz e é produto do conflito social. “Quanto mais visível é a diferença, mais acirrado será o poder de confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52).

A segregação no espaço urbano aparece, segundo Corrêa, com um duplo papel: “... o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais...” (CORRÊA, 1995, p. 64).

Segundo Harvey,

...segregação significa diferencial de renda real – proximidade às facilidades da vida urbana (...) e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura etc. Se já a diferença de renda real monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito à renda real. (HARVEY, 1980, p. 362).

Costa (2007) propõe um cálculo para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano em educação em Macaé, com base nos dados apontados pela Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2001-2003. Segundo o autor, os dados apurados comprovam uma “apartação social e geográfica entre os residentes de Macaé” (COSTA, 2007, p. 139) que se apresenta da seguinte forma:

(...) Macaé (...) é uma “cidade partida”, de um lado, uma área nobre e valorizada, na qual seus moradores são brancos, apresentam renda elevada, têm carteira de trabalho assinada, possuem plano de saúde privado e matriculam seus filhos em escolas particulares; do outro lado, uma periferia pobre, favelizada e negra, caracterizada pelo trabalho informal ou pelo desemprego, pela baixa escolaridade e pelo recurso à rede pública de saúde (...) de um lado, configuram-se elevados índices de desenvolvimento humano, em termos de renda, de educação e de saúde; do outro lado, estatísticas conformam um quadro de exclusão social. (COSTA, 2007, p. 169).

A transformação de um município eminentemente agrário em uma cidade industrializada tem uma relação imediata com desenvolvimento econômico e urbanização. Segundo Davis (1972), a urbanização e o crescimento das cidades, historicamente, ocorrem conjuntamente. A distinção necessária é a de se perceber que o crescimento da população urbana, ainda crescente em todo o mundo, mesmo que

estabilizando e tendendo a diminuir, não impede o desenvolvimento das cidades por este transcender os seus limites políticos, com um processo de “suburbanização e um desenvolvimento circunvizinho” (DAVIS, 1972, p. 20).

Um outro aspecto que ele destaca é a capacidade da cidade de dar sustento à sua população. O ritmo acelerado de crescimento com o êxodo rural, e em Macaé em particular, com o processo migratório, ocasiona um crescimento da cidade desproporcional à urbanização, no que se refere às condições de moradia, de vida e de serviços urbanos.

Os bolsões de pobreza em Macaé estão situados nas áreas da periferia urbana, concentradas no distrito-sede. Devido à dificuldade de disciplinar o seu crescimento urbano, apoiando-se em planos urbanísticos, favelas foram erguidas em áreas ambientais, onde a população pobre vive sem condições de higiene, moradia e qualquer estrutura urbana.

Aos poucos, os vazios urbanos do distrito-sede têm sido ocupados pelos grandes parques industriais que continuam a assentar o solo do município.

O impacto do capitalismo, no processo de desenvolvimento urbano de Macaé, mostra o seu quase desaparecimento enquanto cidade. Se seguirmos a abordagem proposta por Castells, o desenvolvimento do capitalismo industrial, “ocasiona a interrupção de uma forma espacial... a difusão urbana equivale à perda do particularismo ecológico e cultural da cidade.” (CASTELLS, 2000, p. 45).

Tendo como elemento dominante a indústria, segundo ele, a “desordem urbana” provém “da ausência de controle social da atividade industrial” (CASTELLS, 2000, p.46).

Em Macaé, as razões que levaram à instalação da Petrobras, que caracteriza o processo de inserção do município no mercado capitalista, são decorrentes de questões de ordem natural e logística. (PIQUET, 2003).

Tais razões aproximam-se do que foi definido por Correa (1995) sobre a localização descentralizada da indústria. Segundo ele, o padrão locacional intraurbano caracteriza-se pelo alinhamento de indústrias ao longo de vias férreas ou vias, em que “todas se beneficiam da acessibilidade aos mercados, dos terrenos amplos e baratos, assim como da proximidade da força de trabalho” (CORREA, 1995, p. 56).

A ação do Estado sobre localização espacial da produção industrial norteia-se pela soma de vários fatores: terrenos preparados, acesso, água e energia e a possibilidade da distribuição de pequenas e médias indústrias, por toda a cidade.

O município de Macaé é, então, um espaço urbano capitalista, fragmentado, complexo, apresentando uma problemática, fruto da relação histórica estabelecida entre o espaço e a sociedade, o que vai além da dicotomia urbano/rural comumente presente nos discursos referentes ao termo “urbanização”.

Considerações finais

O conteúdo apresentado neste trabalho teve como proposta aproximar os referenciais teóricos, acerca das questões sobre a origem e a evolução das cidades, e o

processo de urbanização ao longo da história, com destaque para a questão dos impactos que a industrialização ocasiona às cidades e à sua população.

Nas últimas décadas, a principal característica da transformação socioespacial em Macaé é o crescimento da conurbação numa aglomeração não metropolitana, concentrando parcela crescente da população. Importa notar que trata-se de um crescimento não controlado, em que o gigantismo deteriora as habitações, torna precários os serviços urbanos, desde os transportes até a segurança, e gera outros problemas, como a segregação socioespacial, ou como sugeriu (COSTA, 2007, p.139), “uma apartação social e geográfica entre os residentes de Macaé”. Outra característica que merece destaque é a crescente redução das atividades agrícolas, da oferta de emprego e da renda das pessoas que residem no meio rural, tendência, aliás, já observada nos países desenvolvidos e nas grandes metrópoles brasileiras.

A análise apresentada mostrou que o crescimento que ainda avança na cidade não associa desenvolvimento à urbanização. As condições de moradia, a precária oferta de serviços públicos essenciais à vida digna da população, mostram que, com a ainda acentuada migração, a cidade continua a crescer, embora com um processo de urbanização desproporcional a esse crescimento vegetativo.

A luta pela superação dos problemas semelhantes aos das grandes metrópoles, que ultrapassa as suas fronteiras geográficas, alcançando os municípios circunvizinhos, vê-se cotidianamente agravada pelo aumento populacional vertiginoso.

Não se veem perspectivas de superação desse modelo de produção industrial no contexto do mercado capitalista. Já se vem discutindo, há alguns anos, possíveis novas matrizes energéticas que sustentem esse modelo de desenvolvimento, considerando que a extração do petróleo chegará a um esgotamento.

O que acontecerá com a gente dessa cidade? Em particular com os imigrantes? O ‘ouro negro’ que jorra das águas profundas na bacia continental de Campos dos Goytacazes não oferece condições dignas de vida para todos os habitantes, que não qualificados, num mercado exigente e competitivo, continuarão vivendo à margem do seu crescimento.

O processo de industrialização tem provocado uma expansão urbana descontrolada acarretando a segregação socioespacial e aprofundando a histórica distância econômica entre ricos e pobres e, por conseguinte, as injustiças sociais e espaciais.

Referências

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, R. C. R. *Exclusão Social e desenvolvimento humano: um mapeamento das desigualdades e do desenvolvimento sócio-econômico do município de Macaé: Análise Sociológica da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão*. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé. Programa Macaé Cidadão, 2007.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: _____. *Cidades, a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. Censo demográfico 2000 e 2010.

PAGANOTO, Faber. *Para quem Macaé cresceu? Mobilidade e trabalho na “Capital do Petróleo”*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008, Caxambú-MG, ABEP. *Trabalho apresentado...* Disponível em : <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1065.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

PIQUET, Rosélia. Impactos da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense. In: OFICINA SOBRE IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E URBANOS DAS ATIVIDADES PETROLÍFERAS – O CASO DE MACAÉ (RJ), de 7 e 9 de dezembro de 2010, Niterói, UFF. *Trabalho apresentado...*

_____. Mudança econômica e novo recorte regional no norte fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO – REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS, 10., 26 a 30 de maio de 2003, Belo Horizonte. *Trabalho apresentado...*

PESQUISA domiciliar do programa Macaé cidadão 2006/2007. Relatório Geral. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé/ Programa Macaé Cidadão, 2011.

PRODUTO interno bruto dos municípios 2003-2006. Contas nacionais, n. 26, IBGE 2004.

ROLNIK, R. *O que é a cidade*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

SERRA; TERRA; PONTES. Royalties: ameaças às atuais regras de distribuição. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 11., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...*

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008. *Estudos & Pesquisa. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 23, IBGE, 2008.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: _____. *Cidades, a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TERRA, D.; OLIVEIRA, E.; GIVISIEZ, G. Economia Petrolífera: Uma Nova Configuração da Divisão Territorial do Trabalho na Bacia de Campos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DECIFRANDO CONEXÕES, 17., 20 a 24 de setembro de 2010, Caxambu-MG. *Trabalho apresentado...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_3/abep2010_2400.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

TOCETTO, F.; THIESEN, B. A Memória fora de nós. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 33, 2007.

Artigo recebido em: 31 jul. 2012
Aceito para publicação em: 24 set. 2012